

RESENHAS

SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Tradução de Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, 503 p. (Coleção Repertórios).

Nos últimos anos, temos visto surgir no debate sobre a ciência e tecnologia no Brasil um tema que, se não é novo, tem alcançado novos contornos na medida em que as estratégias de comunicação e divulgação de trabalhos acadêmicos se ampliam de forma insuspeita, tanto porque há um volume muito maior de pesquisas em curso – resultado, em grande parte, da intensificação e ampliação do sistema de pós-graduação – quanto porque a disponibilidade de informações oferecida pela rede mundial de computadores aumentou enormemente o acesso ao que é produzido. Pesquisa-se muito mais, publica-se aceleradamente, copia-se em ritmo que não sabemos qual é, já que os mecanismos de controle não são muito eficientes e a delimitação da fronteira entre o próprio e o alheio não se apresenta com muita clareza. Estamos falando da prática do plágio.

Tendo essa questão em vista, talvez seja interessante rediscutir aspectos de uma volumosa obra publicada originalmente em 1985, na França, e entre nós cinco anos depois, pela Editora da UNICAMP, atualmente em edição esgotada no Brasil. Escrita em uma época em que o sistema de ciência e tecnologia ainda não gozava dos recursos citados no parágrafo anterior, de forma que a divulgação dos resultados alcançados por pesquisadores no mundo todo era muito mais restrita, *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*, do psicanalista francês Michel Schneider, traz um conjunto de reflexões muito extenso, profundo e completo sobre o impulso, consciente ou não, de apropriar-se do que outra pessoa escreveu.

Em pouco mais de quinhentas páginas, Schneider apresenta um texto de enorme fôlego, dividido em três grandes partes que, se têm, todas elas, a psicanálise como baliza e recurso analítico essencial, se superpõem em direção que trafega, *grosso modo*, de aspectos históricos do problema a questões da ordem do sujeito e da tópica especificamente freudiana, chegando, finalmente, a querelas internas do campo psicanalítico e a um arremate final sobre o lugar da palavra em seu papel na constituição do sujeito. Embora toque pouco nas questões de ciência e tecnologia, o alcance do trabalho, ao circunscrever a temática em um amplo espectro que é o da própria constituição da nossa modernidade, lança luzes muito importantes para os problemas que interessam diretamente ao campo acadêmico.

Segundo a argumentação construída pelo livro, as noções de autoria e originalidade seriam tributárias do próprio desenvolvimento da sociedade moderna, fazendo então pouco sentido criticá-la em épocas anteriores, quando a reelaboração, a síntese ou mesmo a compilação do conhecimento disponível era tarefa legítima e sem tantos “cuidados” quanto hoje. Em outras palavras, é na inscrição da moderna subjetividade burguesa que o tema do plágio se coloca como questão a ser discutida, uma vez que “É na articulação entre idade clássica e época moderna que a acusação de plágio se constitui progressivamente. [...] Os clássicos tinham, assim, o empréstimo fácil e alegre. Na época moderna, ao contrário, a pilhagem alegre cede o lugar à angústia de influência” (p. 55). Influência que para o autor é simultaneamente possibilidade e ameaça, de afirmar-se como tal, mas também de ser apenas o anteparo para a reconstrução de outro autor. Se para os antigos a autoria não era algo totalmente estranho, apenas para os modernos ela será, de fato, uma questão relacionada à individualidade e ao direito. Afinal, a assimilação do alheio está na base da própria constituição do sujeito, seja como admiração, ou mesmo como rancor motivado pela frustração de não alcançar o objeto desejado. Somado a isso, apresenta-se também aquilo que Benjamin denunciava como “fetichismo do *einmalig*” (p. 59), do único, exclusivo, singular, característico da sensibilidade moderna, contrapondo-se aos seus predecessores que, ao retomarem o que já fora escrito, inclusive, muitas vezes, de forma literal, representavam e reatualizavam o todo do qual faziam parte, a saber, a própria tradição.

Mas na própria Modernidade há a consciência de que a escrita é sempre de segundo grau, derivada de outra (e de outrem), numa espécie de tecido ou tela de reminiscência (p. 63), sempre a recordar o que já foi dito. E se o plágio se apresenta como uma forma desse tipo de escritura, resta saber qual a questão que ele encerra. Schneider mostra que a problemática se baseia em um par de proposições verdadeiras: “as palavras não são de ninguém e são de sempre; os pensamentos são de cada um e sempre novos” (p. 96). A linguagem é sempre própria e estranha, concomitantemente, daí a dificuldade em pensar o plágio, que pode ser tanto limite, quanto recurso de escrita (p. 98). Afinal, a literatura é a organização, na forma, dos impulsos do inconsciente, e neste não há propriamente originalidade (p. 177), mas apenas retomada infinita, mesmo que renovada, do jogo entre o esquecido e o lembrado.

As longas investigações de Schneider sobre as querelas que formaram o campo psicanalítico em seus inícios, vinculadas à paternidade de certas descobertas clínicas, mas também aos assombrosos casos de ocultamento dos méritos de adversários entre

si, oferecem um exemplo duplamente profícuo do processo mencionado: trata-se de dobrar o método sobre si mesmo, no exercício psicanalítico, mas também de ampliar a noção de plágio para um movimento mais amplo e indeterminado, que passa pela apropriação, mas também pelo seu contrário, ou seja, pelo esquecimento, deliberado ou não, do que foi feito por outra pessoa (mesmo que se considere o quanto ela também só pôde escrever a partir do mesmo movimento de escolhas, muitas vezes inconsciente, de conteúdos e abordagens).

Universo compartilhado, a linguagem conforma um conjunto de impulsos que se deixa escapar e aprisionar na tentativa de cada autor em produzir uma diferença que lhe outorgue singularidade e a decorrente autoridade do inédito, algo muito mais embaralhado em um momento em que o capital simbólico passa a ser um bem valioso para o indivíduo que busca, entre iguais, diferenciá-lo (p. 60): “O plágio remete [...] àquele igual-não igual a que Freud deu o nome de narcisismo das pequenas diferenças: faço questão de afirmar que não sou de todo igual a você. O que está muito longe da verdadeira originalidade” (p. 391). A originalidade da obra seria decorrente, diz Schneider, inspirado em Proust, “de sua capacidade de engendrar mundos (psíquicos ou reais, a distinção fica abolida pelo que se pretende seja, precisamente, um ‘realismo psicológico’, e que Freud denominou ‘realidade psíquica’), e não do fato que essa visão ‘primeira’ foi engendrada por um autor ‘primeiro’, sem origem” (p. 140).

Se a operação psicanalítica é a experiência em que a forma da fala é abolida em sua emergência falha como inconsciente, então vale ler o livro em pauta pelo que ele tem de erudição e amplitude, mas, principalmente, pelo labirinto para o qual leva o leitor muito cioso de seu pensamento e de sua originalidade como autor. Se é fato que há autoria, em especial na capacidade de oferecer forma ao transbordamento das ideias, e, portanto, direito sobre ela, seus contornos não são nem tão simples, nem tão óbvios. Trata-se, antes, e para além do mero surrupiar de palavras que talvez comuniquem, da originalidade da expressão de um pensamento, mesmo que seja ele, como de fato acontece, comum.

ALEXANDRE FERNANDEZ VAZ é doutor em ciências humanas e sociais pela Leibniz Universität, Hannover, Alemanha. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: alexfvaz@uol.com.br

MICHELLE CARREIRÃO GONÇALVES é doutoranda em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: michelle_carreirao@yahoo.com.br

*Recebido em agosto de 2011
Aprovado em setembro de 2011*

Organization for Economic Co-Operation and Development (OECD). *The nature of learning: using research to inspire practice*. Paris: OECD, 2010, 342 p. (A natureza da aprendizagem: utilizando a pesquisa para inspirar a prática)

O objetivo desta resenha é apresentar as principais ideias e concepções reunidas na obra organizada por Hanna Dumont, David Istance e Francisco Benavides: *The nature of learning: using research to inspire practice*. Publicado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o livro apresenta uma coletânea de estudos sobre os processos de aprendizagem e suas implicações para a educação contemporânea, bem como ressalta a necessidade de modelos inovadores e articulados com a pesquisa científica para uma eficiente atuação docente.

Conduzidos em diversos países, nos mais variados centros de pesquisa do mundo, os estudos reunidos na obra analisam criticamente as demandas impostas pela política neoliberal e suas implicações para a pesquisa e para o fazer docente atual. Do mesmo modo, um apelo transformativo perpassa a obra já em seu capítulo inicial, uma vez que os organizadores situam a inovação e o desenvolvimento de competências como primordiais para a sustentabilidade da educação contemporânea.

A primeira seção da obra define as razões pelas quais a aprendizagem é hoje considerada também em uma dimensão política. Hanna Dumont e David Istance definem, no segundo capítulo, “Analysing and designing learning environments for the 21st century”, o ato de questionar o passado das reformas educacionais como sendo uma forma de “aproveitamento do conhecimento”. Ou seja, os autores sugere-

rem que, a partir do diagnóstico do “gap” entre a pesquisa científica e seus resultados efetivos no dia a dia, seja possível se pensar em novos formatos de transmissão de conhecimento, atualizados ante a demanda social contemporânea. Do mesmo modo, os autores salientam a urgência de uma interação dinâmica entre cognição, motivação e emoção nos processos de ensino e aprendizagem.

Erik de Corte analisa, no capítulo “Historical developments in the understanding of learning”, as mudanças em termos de paradigmas educacionais e correntes teóricas que influenciaram a pesquisa e a prática educativa. O autor pontua o behaviorismo como uma grande e primeira fonte que revolucionou os conceitos de resposta e aprendizagem. Mais adiante, Corte expõe as influências do construtivismo sobre a concepção de aluno. Nesse sentido, sobretudo à noção de construtivismo social é tributada a influência fundamental: a aprendizagem não ocorre enjaulada na mente individual, mas em interação ativa com o contexto.

Assim, conforme a educação “tradicional” tem se mostrado insuficiente na sociedade do conhecimento, ecoa a necessidade de uma análise mais detalhada de temas inovadores, como as micromodalidades de aprendizagem e os ambientes virtuais. Leia-se “educação tradicional” como sendo aquela ainda perpassada por ideais puramente individuais, e a emergente educação para o século XXI como aquela que analisa a aprendizagem em termos de quatro dimensões: construtiva, autorregulada, situada e colaborativa (*constructive, self-regulated, situated e collaborative* – CSSC). Cabe pontuar que todas as perspectivas assumidas no texto sinalizam para a superação definitiva de conceitos que sustentam práticas ultrapassadas e ineficazes.

Em “The cognitive perspective on learning: ten cornerstone findings”, Michael Schneider e Elsbeth Stern apresentam constructos robustos que estão sob investigação nos mais avançados centros de psicologia cognitiva do mundo. A aquisição do conhecimento ocupa papel central nos estudos sobre aprendizagem, embora a qualidade desse conhecimento seja tão necessária quanto a quantidade. Os autores definem “conhecimento” como um processo mais amplo do que simplesmente conhecer fatos, o que, por sua vez, sugere reflexões sobre “o que, como e por que” ensinar.

Do mesmo modo, Schneider e Stern incluem outras habilidades no rol do conceito ampliado de conhecimento: capacidade metacognitiva e de integração de estruturas, uso de analogias entre o externo concreto e capacidade de inferir ações para organizar o próprio pensamento. A onipresença das tecnologias de informação nas economias e nas sociedades do conhecimento, juntamente com as exigências em termos de competências a serem aprimoradas, delineiam um cenário no qual a pesquisa científica deve necessariamente ser incorporada às práticas cotidianas.

A perspectiva cognitiva adotada pelos pesquisadores é suportada por dez argumentos fundamentais acerca da aprendizagem, amplamente debatidos pelos autores. Essas “pedras angulares” incluem, por exemplo, o fato de pensar que o ato de aprender é realizado basicamente pelo aluno, que deve, a seu tempo, dispor de

conhecimento prévio sobre o assunto, em uma espiral ascendente às estruturas mais complexas. Há, portanto, uma noção de hierarquia que se limita na própria capacidade humana de processamento de informações.

O texto contribui para o conhecimento de métodos para planejar o ensino, de fatores socioculturais envolvidos e traz ainda informações relevantes sobre os processos psicológicos básicos envolvidos. A obra é resultado de uma década de sólidos estudos do Fórum para o Desenvolvimento Econômico e Cooperação entre as Nações e delinea os contextos de ensino-aprendizagem em diversos países, enfatizando prováveis mudanças e rumos possíveis a ser adotados em termos de políticas públicas.

Além disso, as conclusões transversais que podem ser obtidas por meio da leitura da obra apontam para uma nova concepção de estudante. A ênfase na capacidade metacognitiva individual é apontada pelos organizadores como um dos grandes pilares do aprendizado eficiente, juntamente com a coaprendizagem e com a capacidade de autorregulação dos processos básicos, como emoção e motivação. Assim, um novo paradigma emerge, desafiando a investigação e a técnica em educação.

A riqueza de exemplos, estudos e pesquisas que o livro reúne favorecerão, com absoluta convicção, a incorporação de uma revisitada concepção de sujeito que aprende: indissociável de sua cultura e possuidor de capacidades múltiplas, o estudante hoje está em interação ativa com seu ambiente. O leitor terá a oportunidade de (re)pensar práticas e concepções em diversos níveis, do micro ao macropolítico, pois os temas incluídos no livro são amplos e contemplam diversos fatores envolvidos no complexo processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o leitor será convocado a valer-se da pesquisa para, assim, inspirar novos modos de educação diante dos desafios emergentes.

GUILHERME WELTER WENDT é mestrando em psicologia clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).
E-mail: guilhermewendt@hotmail.com

*Recebido em janeiro de 2011
Aprovado em março de 2011*

LEITE, Carlinda (Org.). *Sentidos da pedagogia no ensino superior*. Porto: CIEE; Livpsic, 2010.

O livro organizado por Carlinda Leite, professora catedrática da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, conta com a participação de autores portugueses e brasileiros, entre eles Rui Trindade e Maria Isabel da Cunha.

Composto por nove artigos, objetiva discutir, a partir de diversificados pontos de vista, questões da pedagogia no ensino superior, buscando dar conta dos sentidos que essa dimensão do exercício da docência tem ocupado nesse nível de ensino.

O livro nasceu no contexto de discussão do processo de Bolonha, tendo em vista a necessidade de reestruturação das universidades europeias, em particular as portuguesas, no intuito de atender às propostas do documento.

Importa lembrar que a Declaração de Bolonha, firmada em 1999, e que deveria atingir seus objetivos mais amplos até 2010, propôs a criação de um Espaço Europeu de Educação Superior, prevendo a adoção de um sistema por ciclos, com compatibilidade de titulações que facilitasse o reconhecimento acadêmico e profissional nos distintos países membros, bem como a mobilidade de professores, pesquisadores, estudantes e pessoal administrativo, no intuito de promover a cooperação e assegurar a qualidade da formação oferecida pelas instituições envolvidas no processo.

Nos capítulos que compõem o livro, são focados aspectos que vão da ética nesse nível de ensino à formação pedagógico-didática de docentes universitários e aos modos de ensinar e avaliar as aprendizagens dos estudantes. Como ressalta

a própria organizadora, todos os textos têm como referência uma ruptura com o recurso a um modo de trabalho pedagógico meramente transmissivo e uma adesão a processos didático-pedagógicos assentados na descoberta e na aprendizagem comprometida, bem como no envolvimento dos estudantes na construção de suas aprendizagens.

O primeiro capítulo, intitulado “Ética e pedagogia do ensino superior”, é uma excelente reflexão de Maria Teresa Estrela a respeito do conceito de ética, sua relação com a pedagogia e com a educação superior. A nosso ver, seu grande mérito está na discussão que abre a respeito de dilemas éticos no fazer docente no ensino superior, de quais valores deveriam ser trabalhados na universidade, e a partir de quais metodologias, destacando o conflito entre propostas que se pretendem inclusivas e emancipatórias e outras consideradas excludentes e classificatórias, estando ambas presentes no contexto de reformulação das universidades europeias proposto atualmente.

Já os textos de Carlinda Leite e Kátia Ramos (“Questões da formação pedagógico-didática na sua relação com a profissionalidade docente universitária”) e o de Maria Isabel da Cunha (“Impasses contemporâneos para a pedagogia universitária no Brasil”) apontam para aspectos que nos levam a argumentar, cada vez mais, em favor da formação pedagógico-didática dos professores universitários, reafirmando e aprofundando questões que há mais de uma década vêm sendo discutidas no Brasil e no exterior.

Rui Trindade, em “O ensino superior como espaço de formação: do paradigma pedagógico da aprendizagem ao paradigma da comunicação”, brinda-nos com uma aprofundada análise dos principais desafios pedagógicos postos hoje às instituições de ensino superior. Atendo-se à formação do aluno adulto, o autor perpassa diferentes abordagens pedagógicas, destacando o papel esperado do sujeito aprendente em cada uma delas, e retoma cinco dos 11 dilemas apresentados por Perrenoud em sua obra *Ensinar: agir na urgência e decidir na incerteza*, questionando, entre outros pontos, a existência de uma didática geral em oposição a uma didática que aborde a especificidade de cada área do saber. Após um texto teoricamente bastante denso, em suas conclusões, aponta que as demandas atuais feitas à educação superior necessitam de práticas fundamentadas no paradigma pedagógico da comunicação, segundo o qual o professor é alguém que estimula, negocia e cria condições para que seus alunos adquiram autonomia intelectual e sociomoral, tornem-se capazes de utilizar e recriar os instrumentos, informações e procedimentos que lhes permitam pensar o mundo e agir de forma informada e eticamente congruente com as exigências e os valores de uma sociedade democrática e do conhecimento.

O trabalho de Manuela Esteves, “Sentidos da inovação pedagógica no ensino superior”, provoca-nos, por meio do conceito de competências, a pensar nos objetivos de aprendizagem que considera próprios do ensino superior, destacando

que esses ultrapassam, e muito, a aquisição de determinados conteúdos, atingindo a necessidade de desenvolvimento das competências de pensamento crítico, reflexivo e de autoformação. A seguir, aborda métodos que podem ser utilizados para que tais objetivos possam ser atingidos, destacando tópicos como ensino pela pesquisa, tutoria e orientação, trabalhos em grupo, simulação, estudos de caso, entre outros.

Por fim, os demais capítulos, elaborados por Preciosa Fernandes, Pedro Moreira, Valeska Fortes de Oliveira, Maria João Martins, Nuno Alçada e Isabel Azevedo, tratam de experiências práticas – e consequentes reflexões sobre elas – no que diz respeito a práticas multidisciplinares e avaliativas em cursos de pedagogia, a uma disciplina de um curso de nutrição e à prática da investigação científica na aprendizagem de bioquímica em um curso de medicina, constituindo-se importante apoio para a concretização de estratégias focadas na aprendizagem, inclusive com utilização de ambiente virtual.

Assim, observa-se que o livro visa discutir reconfigurações curriculares e novas propostas didáticas, destacando a centralidade do estudante na construção do conhecimento no nível universitário. Para tanto, demonstra a necessidade de uma nova cultura universitária, na qual seja revertida a lógica de que o ensino é atividade de menor importância em relação à pesquisa e a crença de que para ser professor universitário basta conhecer a fundo determinado conteúdo, por meio da titulação em cursos de pós-graduação.

Dessa maneira, vem corroborar ideias que em outros momentos já vinham sendo discutidas no Brasil e trazer luz sobre a importância de serem realizados mais estudos em uma área ainda tão carente de análises, como é o caso da educação superior.

Os textos que tratam da experiência docente em nutrição e medicina ajudam-nos, ainda, a demonstrar o protagonismo da área da saúde na discussão e na proposição de mudanças no currículo e nas práticas de ensino e aprendizagem na universidade.

É, sem dúvida alguma, um trabalho que merece destaque e atenção de todos aqueles que se propõem a discutir a educação superior no Brasil, especialmente aqueles preocupados com a formação de seus professores e com a didática para esse nível de ensino. Destina-se, assim, não apenas a estudiosos da área da educação, mas a profissionais de todas as áreas que, muitas vezes, de uma hora para outra, se tornam professores universitários, sem o tempo necessário para discutir questões relacionadas à atividade docente.

Temos clareza de que não se trata de uma obra densa, aprofundada, mas de uma obra introdutória a variados assuntos da área da educação superior (como aprendizagem do aluno adulto, processos de avaliação da aprendizagem, necessidade de formação pedagógica do professor universitário, ética no trabalho docente nesse nível de ensino), constituindo-se um excelente convite para que outros professores reflitam sobre seu fazer docente na universidade e passem a tratar esse trabalho

também como objeto de análise de suas pesquisas, constituindo-se a prática docente no ensino superior, portanto, como objeto legítimo das pesquisas acadêmicas de professores de diferentes áreas do conhecimento.

GRAZIELA GIUSTI PACHANE é doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

E-mail: gragiupa@gmail.com

Recebido em janeiro de 2011

Aprovado em julho de 2011